

POSIÇÃO PÚBLICA

REFINARIA DE LEÇA

§

Há alguns anos atrás, e a propósito de problemas então surgidos com a monobóia instalada pela Galp junto ao Porto de Leixões, surgiram notícias de que haveria a intenção de, a prazo, encerrar a refinaria de Leça da Palmeira.

Agora, depois do acidente ocorrido com o “pipeline” que liga as instalações do Porto de Leixões à refinaria, soube-se que o Senhor Primeiro Ministro teria dado instruções claras para se proceder ao seu encerramento.

Mas porque motivo? Será que o encerramento destas instalações se justifica, à luz de capitais razões como a Economia, a Saúde Pública, a Ecologia, o Ordenamento do Território, a Sociedade e interesses dos cidadãos?

Pensamos, convictamente que não.

A Associação Comercial do Porto – Câmara de Comercio e Indústria do Porto (ACP – CCIP), atento o facto de emergir acima de qualquer interesse particular ou privado nesta questão, está numa posição privilegiada e isenta para bem avaliar todas as premissas que tão importante decisão acarreta.

Face a uma das indústrias mais competitivas do mundo, a ACP-CCIP não pode compactuar com a ligeireza de soluções apontadas sem a fundamentação de uma análise cuidada, sendo por isso mesmo que deliberou tornar pública a sua opinião sobre tão importante matéria.

O NÃO ENCERRAMENTO DA REFINARIA DE LEÇA DA PALMEIRA – AS RAZÕES DEFENDIDAS PELA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

1) POSIÇÃO E ESTRATÉGIA DA REFINARIA NA EMPRESA PETROGAL - Com pouco mais de trinta anos, a refinaria tem apenas metade da vida útil e um historial de intervenções nos últimos anos com vista à sua modernização, rentabilização e segurança.

Após este incidente, a Administração da Galp mostrou-se "triste e decepcionada" pelo facto de este ter ocorrido justamente na fase conclusiva de um investimento que considerou vital para a melhoria das condições de segurança e funcionamento da refinaria de Matosinhos. Trata-se de um grande investimento, que não se destinou a aumentar a rentabilidade do negócio mas a sua própria segurança, sublinhou, referindo-se à substituição da rede de "pipelines", que representa um investimento da ordem dos 30 milhões de euros.

2) POSIÇÃO ESTRATÉGICA DA REFINARIA FACE À CONCORRÊNCIA ESPANHOLA - que a coloca em condições de viabilidade superior à de muitas refinarias do país vizinho, como Algeciras, Cádiz e Huelva, que não consta, estejam para encerrar por razões de menor rentabilidade.

Por outro lado, a refinaria da Repsol na Galiza, aposta fortemente no mercado do Norte de Portugal. Não existem razões para que não possamos fazer o mesmo, como aliás tem sido referenciado como estratégia da Galp. Quem viajar em direcção à Corunha, pode constatar, exactamente, a presença de postos de abastecimento da Galp.

Apesar dos inúmeros acidentes que a refinaria da Corunha sofreu nos últimos anos, investir é a palavra de ordem. Os "pipelines" espanhóis já estão na fronteira e a vontade de avançar, há muito denotada.

3) A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DA REFINARIA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS – A refinaria de Leça da Palmeira complementa, do ponto de vista do abastecimento e do plano energético nacional, a actividade da refinaria de Sines, que não tem, por questões logísticas, capacidade para garantir o abastecimento do país. Leça representa cerca de um terço da capacidade instalada de refinação, sendo a única empresa portuguesa a refinar petróleo bruto e a tratar os seus derivados, o que lhe permite assegurar o fornecimento de uma série de matérias-primas industriais, doutro modo importadas na sua totalidade. Fala-se concretamente do complexo petroquímico de Estarreja, mas podem referir-se vários outros exemplos, desde os têxteis, plásticos, borracha, fertilizantes, detergentes, parafinas alimentares, entre outros.

Do ponto de vista estratégico, a refinaria de Leça está bem localizada, relativamente ao porto de abastecimento, à distribuição para o aeroporto e com relação às principais vias rodoviárias.

4) FALTA DE ARGUMENTOS ECONÓMICOS - Não existem argumentos económicos que justifiquem o seu fecho, muito pelo contrário, a avaliar pelo processo de privatização da Galp, em curso. Em 2003, a refinaria de Leça apresentou, pela primeira vez desde 1998, um Cash-Flow Líquido positivo de 28 milhões de euros, facto que ainda é mais relevante quando se tem em conta que 2003 foi um ano de paragem geral.

A optimização das condições de acessibilidade no porto de Leixões, possibilitando o atracque de navios-tanque de maior calado, contribuiria certamente para alterar os resultados da empresa de forma estrutural.

5) A IMPORTÂNCIA DO ABASTECIMENTO DO NORTE - É inequívoca a sua importância para o abastecimento do Norte. As anunciadas medidas de aumento da capacidade logística contribuíram para viabilizar o abastecimento da Região em cerca de 2.500 mil Kton/ano de gasolinas e gasóleos. Estudos recentes, encomendados a entidades externas estimam que o encerramento da unidade de Leça diminuiria a margem bruta de refinação em mais de 140 milhões de euros, abrindo a porta, a que o Norte passasse a ser abastecido a partir da Corunha, enquanto que, pelo contrário, o seu funcionamento permitiria o fornecimento de gasóleo, gases liquefeitos do petróleo e gasolinas a Espanha.

6) SEGURANÇA - A falta de segurança das populações vizinhas e dos funcionários da refinaria tem sido apontada, ao longo dos anos como um dos argumentos a favor do encerramento da refinaria. Estranha-se a este propósito o facto da autarquia vir permitindo um crescente nível de urbanização em torno de um complexo que se afirma pouco seguro, sem ter garantido um perímetro de segurança, não urbanizado.

Os números da sinistralidade do complexo são muito baixos quando comparados com as estatísticas internacionais. Vejam-se os casos mais recentes dos EUA ou França, com uma dimensão nunca atingida em Portugal.

O acidente verificado no terminal petrolífero de Leixões, nunca colocou em risco a própria refinaria. Importa pois saber se a refinaria de Leça cumpre a legislação em vigor e os procedimentos técnicos da indústria petrolífera internacional. Para além do Decreto-Lei nº 97/2000, diga-se em boa verdade, que a legislação nacional é parca nestas matérias.

No que toca à emissão de gases poluentes e aos efluentes, a unidade arrancou, há algum tempo com um sistema de monitorização em contínuo.

7) POLÍTICA AMBIENTAL - Entre 1996/1997, as crescentes exigências no domínio ambiental deram origem à construção de uma Estação de Enchimento de Carros Tanque por Baixo com unidade de Recuperação de Vapores (VRU), de uma nova unidade de Dessulfuração de Gasóleo e ainda das instalações que lhe estão associadas: Unidade de Produção de Enxofre, Stripper de Águas Ácidas e Revamping da Unidade de Aminas.

A refinaria possui também uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, com a capacidade de tratamento de 450 m³/h, que recebe todos os efluentes líquidos das instalações industriais, através de uma complexa rede de drenos por forma a garantir a preservação do solo. As características do seu efluente são monitorizadas por controlo analítico, para garantir a não contaminação do meio aquífero externo.

Toda a área fabril é objecto de rastreios sistemáticos de poluição química e acústica, tendo em vista a preservação do ambiente de trabalho, bem como da envolvente geográfica. Existe, ainda, como se referiu, um sistema de monitorização em contínuo das emissões de fumos através de chaminés, que permite controlar o teor dos diversos poluentes, ajustando o processo fabril às exigências ambientais legalmente impostas.

Quanto aos resíduos sólidos e no âmbito de um Plano de Gestão de Resíduos que tem como objectivo a sua redução, a refinaria procede à segregação, descontaminação, valorização e reutilização.

Todos estes processos estão sujeitos ao controle de auditores externos, certificados, contratados para assegurar que as normas e procedimentos de segurança são cumpridos.

Não é de todo aceitável avançar para um encerramento sem antes se exigirem as devidas alterações nos padrões e procedimentos internos, ou de outro modo, estar-se-á a beneficiar quem não cumpre.

A evolução acarreta riscos e aí, como em tudo, é necessário saber lidar com o risco de uma forma responsável.

8) A REFINARIA E O SEU IMPACTO NA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO DO CONCELHO - A refinaria de Leça da Palmeira tem um peso determinante na economia do Concelho e da Região. Mais de três mil pessoas dependem directa ou indirectamente da sua actividade.

Alberga cerca de 600 postos de trabalho directamente vinculados à Galp-Energia, movimenta diariamente mais de 1300 trabalhadores subcontratados e entre 700 a 800 motoristas a transportar os produtos que lá se produzem. O encerramento da refinaria acarretaria assim custos sociais graves, numa região já fustigada pelo crescimento do desemprego.

Há também importantes interfaces com o terminal petrolífero do porto de Leixões onde se tem vindo a desenvolver uma série de investimentos nos últimos anos. O porto movimentou em 2003 cerca de 13.450 mil toneladas quando, sem a refinaria, teria apenas movimentado 6.250 mil. As taxas de utilização do porto pela refinaria representam, aliás, mais de 20% das receitas operacionais da APDL.

9) A APOSTA NO FUTURO - Sendo o Hidrogénio o combustível do futuro, em 2001 entrou em laboração na refinaria de Leça da Palmeira uma nova Unidade de Purificação de Hidrogénio.

A refinaria contribui ainda de forma activa para a formação, investigação e descoberta de novas tecnologias, organizando estágios profissionais e curriculares, bem como visitas de estudo e visitas guiadas ao complexo, promovendo o desenvolvimento da comunidade envolvente.

10) RAZÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS – Em **1966** é iniciado o projecto para a construção da Refinaria do Porto, com uma capacidade de processamento de 2 milhões de t/ano de Petróleo Bruto. Em **1967** dá-se início aos trabalhos de construção e a 5 de Junho de 1970 tem lugar a inauguração oficial da refinaria. São quase quarenta anos de existência, que, tão profundamente têm marcado toda aquela zona de Leça da Palmeira. São milhares de famílias, que ao longo destas décadas, têm alicerçado o seu viver e dependência económica naquela empresa; são quarenta anos de progresso, desenvolvimento económico e prestígio para o Norte do país; são quarenta anos de coexistência pacífica e segura com a população local, que desde sempre respeitou e se habituou à forte e imponente presença física do complexo.

Mais estranha a ACP-CCIP que as forças vivas da região Norte do país não se manifestem quanto a uma questão tão sensível como esta, preferindo remeter-se ao mais absoluto e cúmplice silêncio.

Porto e Palácio da Bolsa,
em 28 de Setembro de 2004